

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a LegislaturaAta da 57.^a Sessão (Extraordinária) — Realizada em 29 de Maio de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Fuad Nacli, Igo Losso, Marciano Baraniuk, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n.º 34-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 210-70, de autoria do Sr. Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar a Sociedade Rural de Guarapuava, uma área de terras de 60.000,00 m² (sessenta mil metros quadrados), na forma que especifica. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n.º 35-72.

Levanta-se a sessão.

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a LegislaturaAta da 58.^a Sessão Ordinária — Realizada em 29 de Maio de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aguiinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Dedermann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Fuad Nacli, Igo Losso, Marciano Baraniuk, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 50-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Gottardo Bottarelli, ex-Consul da Itália, em Curitiba.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja comunicado, por ofício, à família do extinto.

JUSTIFICATIVA:

Foi com surpresa que soubemos da notícia da morte do Senhor Gottardo Bottarelli, ocorrido em Paraná, domingo último. O Senhor Gottardo Bottarelli, como se sabe, esteve nesta Casa, quinta-feira da semana passada, quando, em Sessão Solene, recebeu o título de "Cidadão Honorário" do Paraná. A notícia do seu falecimento causou imensa consternação, não só nesta Casa, onde contava com muitos amigos e admiradores, como também na colônia italiana da Capital e do Interior do Estado. Além do mais, o Senhor Gottardo Bottarelli, era o mais recente "Cidadão Honorário" do Paraná, motivo pelo qual se justifica a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de um voto de profundo pesar pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Bernardino Colaço de Oliveira, antigo servidor desta Assembleia Legislativa.

Outrossim, solicita da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1972.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente assina, vem no uso de suas atribuições regimentais, requerer o envio de uma cópia da carta do Senhor Prefeito de Foz do Iguaçu, publicada no jornal "O Estado do Paraná", ao Senhor Costa Cavalcanti, Ministro do Interior.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1972.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, um voto de aplauso, por haver assumido a presidência da Confederação Nacional da Indústria, o paranaense Lydio Paulo Bettiga.

Homem de empresa, o Senhor Lydio Paulo Bettiga vem demonstrando em todos os cargos que ocupou, a sua inteligência e o seu dinamismo e na CNI, temos certeza, em muito dignificará o nome do homem paranaense, símbolo de trabalho, dedicação e dignidade.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1972.

(a) Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe ofícios aos Excelentíssimos Senhores Ministro Cirne Lima, da Agricultura e ao Presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília, no sentido de que tomem providências relacionadas a legislação da Pesca em nosso País, a fim de que fiquem isentos de pagamentos de quaisquer tributos ou taxas as pessoas que, por devaneio, pratiquem a pescaria no sistema canoço usando linhas até o número 25 e anzóis até o número 10.

Esta solicitação prende-se ao fato de que, quem exerce tal tipo de esporte, assim o faz a título de distração e, muitos, inclusive, não têm condições de arcar com o pagamento de referidas taxas.

Ademais, a cobrança de tais taxas em nosso País, não é rentável, se contarmos com os gastos com o pessoal empregado na fiscalização de referidas atividades e na confecção de carteirinhas.

Por ser medida de alcance social elevada e justa, é que propomos às mencionadas autoridades.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1972.

(a) Antônio Belinati

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 65-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.^o — O artigo 140, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, fica acrescido do seguinte parágrafo.

"§... — O disposto pelo item III, deste artigo, aplica-se ao funcionário aposentado por invalidez".

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1.972.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos obter a igualdade de tratamento para aqueles funcionários públicos que, infelizmente, se vêm na contingência de serem aposentados por invalidez, com os servidores que são aposentados à pedido.

Pela redação que foi dada ao artigo 140, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado — a Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 — o funcionário que se aposentar a pedido terá direito a perceber as vantagens do cargo em comissão, ou a função gratificada, desde que tenha exercido por mais de cinco anos esse cargo ou função.

Todavia, o funcionário que foi aposentado por invalidez estará excluído desse benefício, o que, data venia, não é justo nem humano.

Daí a razão da nossa iniciativa o que, certamente, merecerá a atenção e o apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou com satisfação que compareço, hoje, a esta Tribuna, para ressaltar o dinamismo que vem empreendendo na Secretaria de Agricultura, o Sr. Secretário Dr. Roulien Basaglia. Tivemos oportunidade de assistir, sábado passado, na cidade de Apucarana, um encontro regional realizado pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, tendo participado S. Exa., o Sr. Secretário de Agricultura, com toda sua equipe e equipe do Ministério de Agricultura.

Há pouco mais de um ano em visita a Diretoria Estadual do Ministério de Agricultura e, naquela Diretoria, conversava com um engenheiro agrônomo que nos dava ideia do trabalho e dizia da necessidade de um perfeito entrosamento entre a Secretaria de Agricultura e o Ministério, para que houvesse um trabalho em conjunto, para que pudessem prestar melhor atendimento aos agricultores de nosso Estado.

Foi com satisfação, que ao assumir o Governo o Dr. Parigot de Souza, convidou S. Exa. para o cargo de Secretário de Agricultura aquele engenheiro agrônomo. E estão aí os primeiros resultados.

Há poucos dias um encontro realizado na cidade de Cascavel e agora, sábado passado, na cidade de Apucarana; quando da abertura dos trabalhos tivemos oportunidade de ouvir o Sr. Secretário de Agricultura e todos os

chefes de Departamento, e, em seguida, recebendo as reivindicações dos Srs. Prefeitos, abrindo os debates, ouvindo as reivindicações e os apertes, para que livremente cada um pudesse fazer uma exposição do que precisava para melhor dinamismo em desenvolvimento maior da agricultura em nosso Estado.

No encerramento dessa reunião, foram lidas todas as reivindicações apresentadas e cada chefe de Departamento, respondendo e procurando dar uma solução. Disso é que precisava nosso Estado, porque é preciso que os agricultores sintam mais de perto que os órgãos destinados a dar atendimento à nossa agricultura, não estão parados e que querem ouvir mais de perto e querem dar o atendimento necessário, para que haja mais incentivo, para que nossos agricultores não fiquem tão esquecidos, lutando com as dificuldades que até aqui têm enfrentado.

Encaminho à Mesa, e solicito o apoio dos Srs. Deputados para o seguinte requerimento: (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de aplauso ao dinâmico Secretário da Agricultura, Senhor Raulien Basaglia, pela realização do Encontro Regional em Apucarana, na Associação dos Municípios do Vale do Ivaí — a exemplo do que vem ocorrendo em outras regiões — ocasião em que, juntamente com equipes do Ministério da Agricultura, são ouvidos e orientados os Prefeitos Municipais da área, o que se refere ao equacionamento e solução dos problemas agro-pecuários de cada um.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1972.

(a) — Gilberto Carvalho".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "O Estado do Paraná", na sua edição de ontem, publica carta do Sr. Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, em que S. Exa. clama das autoridades federais a concessão da zona franca para aquela região, a exemplo do que ocorre na cidade de Manaus.

Há uns 4 ou 5 anos, desta Tribuna, fazíamos uma série de comentários e um estudo profundo sobre a zona franca de Manaus, que naquele tempo começava a progredir e solicitamos do Sr. Ministro do Interior, Coronel Costa Cavalcanti e demais autoridades federais, condições idênticas, análogas, para que em Foz do Iguaçu também pudessemos ter o mesmo privilégio.

Nosso trabalho foi bem estruturado e, não obstante, entendeu o Sr. Ministro do Interior que a criação da zona franca em Foz do Iguaçu criaria enormes prejuízos e reais dificuldades para Manaus. Ora, entendimos e entendemos que é incongruência, é absurdo, é insensatez, como dissemos no telegrama de protesto que redigimos e que foi aprovado por esta Casa, quando respondemos ao Sr. Ministro Costa Cavalcanti.

Disse S. Exa., como disse na ocasião, que a criação da zona franca em Foz do Iguaçu criaria dificuldades para Manaus se a zona estivesse implantada em Porto Alegre, ou numa região próxima da nossa. Acreditado que, então, seria razoável aquela justificativa. Entretanto, a zona franca é em Manaus, no extremo do país, num país com esta dimensão, e outra aqui em Foz do Iguaçu, é absurda a argumentação usada por aquele militar Ministro do Interior e Justiça, atualmente ainda em exercício naquela função.

Esta carta que "O Estado do Paraná" publica na íntegra na sua edição de ontem, demonstra bem a situação de pânico que atravessa aquela cidade.

É uma incongruência, é uma inconveniência que nós brasileiros passamos para o lado de lá, atravessamos a fronteira para comprar coisas de que carecemos, porque a fiscalização é fácil, atravessamos para jogar no Cassino, quando poderíamos ter o mesmo do lado de cá, evitando esta evasão do dinheiro, podendo ficar o mesmo em nosso território.

Não sei porque as autoridades federais entendem de modo diverso.

Esta carta pede a liberação do jogo. Este assunto é um pouco mais complexo, e nosso Código Penal prevê que é contravenção penal a prática do jogo em cassinos. Mas, o Governo brasileiro poderia adotar o que é feito em outros países estrangeiros. Por exemplo, em Portugal existe um cassino mas só podem jogar os portugueses que sejam proprietários, que provejam que são homens de recursos que podem, portanto, ganhar ou perder. Além deles somente os turistas, mediante exibição de passaporte, não precisam provar que têm recursos, podem jogar livremente. Os portugueses não somente provando que são proprietários.

O nosso Governo poderia também, imitando essa prática de Portugal, adotando esse sistema, liberar a prática do jogo em cassinos aqui no Brasil.

O nosso propósito não é a criação de cassinos, mas a criação da zona franca, em Foz do Iguaçu. Esta carta, cheia de argumentações do Prefeito de Foz do Iguaçu, pede a criação da zona franca naquela cidade. Estamos inteiramente solidários com S. Exa. e, se esta Casa assim entendessem solicitaríamos que fosse endereçada cópia desta Carta ao Sr. Ministro do Interior a fim de que reexamine o assunto, e quem sabe, com mais sensibilidade e humanismo, entenda que a criação da zona franca em Foz do Iguaçu jamais iria prejudicar e sim seria condição "sine qua non" para o desenvolvimento do Município. Os hotéis de alto luxo, com o desejo de incrementar o turismo, não terão condições de sobreviver se não for criada a zona franca.

Assim, Srs. Deputados, o encaminhamento de cópia desta carta ao Sr. Ministro do Interior daria maiores condições a que a zona franca fosse criada. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Arthur de Souza, terceiro orador inscrito.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muitas vezes não é boa a repercussão, particularmente no interior, a notícia de que as contas do Sr. Prefeito foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas. Isto faz com que o Sr. Prefeito seja até acusado de desonesto porque a oposição da cidade não entende que se as contas foram rejeitadas foi porque minúcias deixaram de ser cumpridas; não havia falcatura, não havia nada que desabonasse aquele Prefeito, o que havia é que o método adotado pelo Tribunal de Contas não foi observado com rigor. Este o motivo pelo qual a conta não foi aprovada.

É preciso que se evite repercussão desta natureza; é preciso que esses Prefeitos fiquem a salvaguarda de tais incidentes. Alguns dos Srs. Depu-

tados, talvez, em suas regiões já assistiram fatos desta natureza, conosco isto não aconteceu, portanto, estamos debatendo em tese o problema e o assunto. É por isto que hoje vimos à Tribuna para dizer do acerto da medida adotada pela Associação dos Municípios quando contrata um técnico que fez um curso junto ao Tribunal de Contas e que está à disposição desses municípios para orientar aos Srs. Prefeitos, para orientar o homem que faz a contabilidade da Prefeitura; esta medida da Associação dos Municípios do Paraná, que agora insiste com os Prefeitos e contadores para que procurem a sua sede, em Curitiba, a fim de serem orientados sobre a prestação de suas contas junto ao Tribunal de Contas, com a contratação de um técnico que evitará que continuem as impugnações em massa das contas municipais motivadas, principalmente, pelo não conhecimento das normas e exigências legais, foi uma medida que veio sanar o que acabamos de apontar desta Tribuna.

Daí porque, o nosso entendimento, de que a Associação dos Municípios agiu muito bem e está prestando um serviço de utilidade pública a estas Prefeituras do Paraná. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. deputado Erondy Silvério, quarto orador inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, queremos fazer um apelo aqui a Sua Excelência o Sr. Deputado João Mansur, Líder do Governo, para que mantenha gestões junto ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja dado cumprimento à Lei aprovada pelo Poder Legislativo, que determina ao Poder Executivo que aqui, no Centro Cívico, seja erigido um busto em homenagem ao grande paranaense, que foi o Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa; para que as gerações vindouras possam se espelhar no exemplo de um homem que, além de Magistrado soube ser um cidadão operante, que honrou e divinificou não só a Justiça do Paraná, mas o próprio povo paranaense.

Fica aqui o nosso apelo a Sua Excelência, Governador Parivot de Souza que, em poucos meses que está no Governo não poderia tomar conhecimento desta Lei — talvez por falta de informações da assessoria — aprovada pelo Poder Legislativo, e que com muita estranheza, os Governadores que antecederam ao atual, no cargo, não quiseram, não se sabe a razão, dar cumprimento a esta Lei.

Aqui fica o nosso apelo que, temos certeza, encontrará eco porque o Sr. Governador do Estado há de querer também perpetuar um grande nome da coletividade paranaense.

Aproveitando a nossa passagem pela Tribuna, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos deplorar a morte do mais novo cidadão honorário do Paraná, o Cônsul Gottardo Botarelli, que aqui, à semana passada, foi homenageado por esta Casa, em retribuição aos reais serviços prestados à coletividade do Paraná — infelizmente, quis o Senhor e a Providência chamá-lo para o seu seio, ainda na mesma semana em que ele fora homenageado!

É uma nota realmente triste para todo o Paraná, que teve sempre no Cônsul Gottardo Botarelli um grande amigo desta terra, um grande amigo do Brasil.

Juntamente com a Mesa deste Poder, vamos requerer um voto de profundo pesar da gente paranaense, pelo infausto acontecimento, fazendo as nossas preces para que o Senhor Todo-Poderoso dê ao Cônsul, o lugar que ele bem merecia ao seu lado, lá no Céu. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho. Havendo declinado o Sr. Muggiati Filho, concedo a palavra ao Sr. Antônio Lopes Jr., Ausente o Sr. Antônio Lopes Jr., concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Tem gerado certa confusão a proposição de nossa iniciativa aprovada por esta Casa quando S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça entendeu que deveria reexaminar a tese de redivisão do País. Nós descobrimos que o assunto era de interesse nacional e na ocasião elaboramos um documento um requerimento de aplausos, de estímulo, ao Sr. Ministro da Justiça e externamos através do nosso requerimento o nosso pensamento, no que tange aquela iniciativa e o que passou a ser, com aprovação daquele documento, o pensamento desta Casa. Eu gostaria de agradecer aqui a interferência, segundo tive conhecimento hoje, do eminente e jovem Deputado Luiz Roberto Soares que, passando por Santa Catarina, o nosso Estado vizinho e amigo, encontrou ambiente de mau estado, onde um dos Deputados fazia severas críticas a nossa pessoa no que tange ao nosso pensamento, e disse aquele Deputado que nós tínhamos loteamento em Cascavel e por isso queríamos a transferência da Capital para aquela cidade. Eu quero dizer aqui a todos os Srs. Deputados que me sinto a vontade, não tenho loteamento em lugar nenhum no Paraná, não tenho terras onde quer que seja, a não ser uma casa onde resido. Mas se eu tivesse loteamento nem por isso eu deixaria de pretender a mudança da Capital para lá, não para valorizar o que é meu, mas coerente com o meu ponto de vista. Feita esta ressalva, Sr. Presidente, agradecendo a gentileza do eminente e ilustre colega que naturalmente deve ter dito ao nosso vizinho que não queremos, absolutamente, separatismo mas estamos apenas dando ênfase ou procurando dar ênfase à idéia que não é nossa, uma idéia antiga e que está sendo motivo de estudo por parte dos grandes jornais que circulam no País, que voltam agora com informações referentes ao assunto que debatemos neste momento. "O Estado de São Paulo", em sua edição de 26 deste mês traz a seguinte mensagem: A tese da redivisão da Amazônia e aqui inclusive já traz os nomes dos futuros territórios que serão formados.

O jornal "A Fôlha de São Paulo" de sexta-feira, dia 26 deste mês, traz também em manchete, em estudo, a redivisão política do País. E aqui inclusive, comenta a situação delicada que existe na Guanabara, onde dois Estados se confundem, dada a insignificância territorial de ambos. Porque neste Projeto como dissemos aqui, não é possível que se crie território com área inferior a 300 mil quilômetros quadrados, segundo o espírito deste trabalho de autoria do próprio Ministro.

Mas não é possível também a sobrevivência de pequenos Estados, onde um sufoca o outro. Assim, é, que no trabalho que nós propusemos aqui no Expediente e que já enviamos ao Sr. Ministro da Justiça, baseado num trabalho já elaborado naquele Ministério, previa-se ali a fusão de pequenos Estados. E assim é como dissemos, apenas estamos reproduzindo, que nos vários Estados do nordeste, se formaria o Estado de São Francisco. Não é idéia minha, é idéia que está lá e que nós achamos viável e válida. Prevê-se também a formação do grande Estado do Iguaçu; não me refiro aquele Estado separatista que maliciosamente alguém quis dizer que defendíamos naquela tese. Eu não vejo porque os nossos vizinhos de Santa Catarina, venham melindrar-

se com isto, pois formaríamos ambos um grande Estado... Eu não vejo porque, Sta. Catarina, os catarinenses iriam ficar melindrados, porque com uma fusão, seriam ambos absorvidos e de pouco adiantaria também o protesto do eminente Deputado do MDB, se o Governo ou o Presidente Médici entenda, se os interesses superiores da Nação assim aconselham. De modo que não vejo desprestígio, quando me informaram que já no passado, o Estado do Paraná havia ficado com uma área de terras de Santa Catarina, absolutamente. E a nossa intenção, agora, quanto à fusão destes dois Estados, quanto a este trabalho que está empolgando toda a imprensa nacional, nisso, não arredamos pé. Nós continuamos aplaudindo não só ao Sr. Ministro da Justiça, mas como toda a imprensa nacional que vem dando ênfase a este episódio que estamos vivendo hoje em nosso País.

Porque, como dizíamos, não é possível, um País com uma extensão territorial de dimensões continentais, um país gigantesco como o Brasil, em linhas redondas, com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, quer dizer, esta divisão é claro, é produto das capitânias, que vem do passado, e uma redivisão e agrupamentos destes pequenos Estados é necessário. Só um Governo que queira bem a sua Pátria, principalmente, só um Governo como o que temos hoje, e só um Governo que tenha paralelamente dispositivo legal em condições de aplicar para impor esta medida, poderia implantar este novo estado de coisas.

E este Governo é o que aí está é o Presidente Médici que tem o respeito de todo o povo brasileiro.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Paulo Poli, chamado à colação pelo pronunciamento que V. Exa. está fazendo com relação ao episódio ocorrido na Assembleia Legislativa do Estado de Sta. Catarina, cabe-me fazer algumas considerações a propósito, a fim de ficar perfeitamente elucidado o quadro que lá se deu. Em visita que fiz a Capital do Estado de Santa Catarina, por motivos profissionais, nem por isso deixei de fazer uma visita à Assembleia Legislativa do Estado, ao mesmo tempo em que procurava alguns subsídios com relação a temas político-administrativos, que pretendemos usar como complemento de alguns estudos que estamos fazendo com relação ao Paraná.

Ocorreu, Sr. Presidente, Srs. Deputados que, exatamente quando eu dava entrada à Assembleia Legislativa, ocupava a Tribuna, eu presumo que o Líder do Partido da Oposição, que fazia violenta crítica à proposição apresentada por V. Exa., no sentido de fundir os dois Estados em um único e atribuindo a capital dele a uma cidade do Paraná.

Dizia então o Deputado do MDB, ue o Paraná mais uma vez manifestava a sua vocação imperialista e lembrava um episódio do Condestado. Eu evidentemente, como Deputado pelo Paraná e presente à Assembleia, V. Exa. pode perceber o constrangimento causado pelo pronunciamento daquele Deputado. Mas, horrorando as tradições de fidalguia que sempre caracterizaram os catarinenses, o Presidente da Casa anunciou a presença de um Deputado do Paraná, na Assembleia, que era eu, evidentemente, e designou um representante da Arena, para que fizesse uma saudação, é este Deputado da Arena aproveitou o ensejo para fazer também algumas considerações a propósito da proposição apresentada por V. Exa., no sentido de fundir os dois Estados. E, em seguida, o Presidente da Casa solicitou a mim que se quisesse fazer uso da Tribuna, que o fizesse. V. Exa. pode perceber e notar o constrangimento natural. E então nobre Deputado, eu dizia e acho que reiterei com fidelidade o seu pensamento, que não se tratava de uma questão de hegemonia, quando V. Exa. propõe a capital do Estado do Paraná e nem se trata de arrancar as tradições históricas de Santa Catarina e nem se tratava de uma pretensa vocação imperialista do Estado do Paraná. Mas que a proposição refletia algumas hipóteses que estão sendo estudadas para dar mais racionalidade à divisão político-administrativa do Brasil. E que evidentemente se no decorrer dos estudos viesse a ser concluído que a Capital ficasse no atual Estado de Santa Catarina, nem por isso nós paranaenses ficaríamos melindrados.

Agora, ocorre que com relação à insinuação feita pelo Deputado do MDB, de que só por coincidência o autor da proposição disporia de um loteamento na periferia da cidade indicada como a futura capital do Estado a ser criado. Eu devo dizer que, para fazer justiça, ele não fez citação nominal e evidentemente, foi uma dose de ironia, porque não parece que ele pretendesse fazer qualquer acusação direta a V. Exa. e presumo que nem sequer o conheceu.

Em decorrência disso tudo, eu espero o que lá ocorreu não venha a contribuir para um ânimo de hostilidade entre esta e aquela Assembleia. Entre este povo do Paraná e o de Santa Catarina e nem que fiquem arranhadas as relações de cordialidade que sempre presidiram os dois Estados.

Com relação à tese de redivisão político-administrativa do Brasil, nobre Deputado, pelo que pude ver no noticiário de ontem e de anteontem, que foi farto com relação a este episódio, parece-me que o propósito dos escalões federais, que têm a competência para sugerir, se resumem praticamente na Amazônia. Além da Amazônia só foram citados — como possível fusão — os Estados da Guanabara — Rio de Janeiro — Alagoas. Em que pese a argumentação brilhantemente desenvolvida por V. Exa., parece-me que não seria fácil e historicamente viável fazer a fusão de Estados já historicamente organizados. Era o reparo que tinha a fazer ao mesmo tempo em que me congratulo com V. Exa. por agitar tão rico tema. Era o que tinha a dizer e agradeço a concessão do aparte.

O SR. PAULO POLI — Agradeço o aparte de V. Exa., como já agradeço a sua intervenção.

Para conhecimento da Casa gostaria de ler apenas alguns trechos da "Fôlha de São Paulo", que se refere a alguns Estados, não só à re-divisão da Amazônia, como ao agrupamento de outros pequenos Estados.

Diz aqui como seriam os novos Estados. (Lendo):

"Com a fusão e Guanabara com Rio de Janeiro, o novo Estado teria uma área de 51.268 km². e uma população de 9 milhões 712 mil habitantes, superado apenas por São Paulo e Minas Gerais. No setor econômico o novo Estado asseguraria com larga margem a posição de segundo parque industrial do Brasil, superado apenas por São Paulo.

A fusão de Alagoas com Alagoas, os dois menores Estados brasileiros, territorialmente, com exceção da atual Guanabara, faria um Estado com 49.725 km² e uma população de 2 milhões 320 mil habitantes. Economicamente a nova unidade continuaria a depender da agricultura, especialmente da cultura da cana, da mandioca, da laranja e da extração do coco.

A fusão poderá coincidir, porém, com o "rush" da exploração de petróleo e de sal-gema, cuja produção, em fase inicial, é considerada promissora".

O negócio está aqui no condicional.

Eu lá além. Acho que a fusão do Rio de Janeiro com Guanabara daria um Estado com 51.000 km² mais ou menos, e seria um Estado menor que o pequeno Estado de Santa Catarina, que tem aproximadamente 80.000 km².

O trabalho que já vimos e ao qual já fizemos menção, é um trabalho artigo de Segadas Viana, que prevê um mínimo de 250.000 km² que é o caso de São Paulo, em números redondos.

O que vemos aqui é que, de fato, o Governo está preocupado em atualizar o nosso País.

Veja, nobre Deputado, V. Exa. que é um jovem estudioso, um jovem que, apesar da pouca vivência e pouca idade está amadurecido na luta e no trabalho, veja os Estados Unidos da América do Norte, em que a divisão é mais ou menos uniforme. Não existem lá os super Estados, nem os mini Estados.

No ano passado lá estive meu filho, que acompanhava um meu irmão que para lá fora buscar um avião achou aquilo uma maravilha, principalmente no que tange a essa providência, e trouxe uma série de dados. Não vejo porque o nosso País que atravessa uma fase de grande progresso, nosso País que hoje, está qualificado como um dos grandes países do mundo, não só pelo tamanho, mas também pela importância diante dos demais países, não se tome essa medida. O País que se desenvolve, graças a este último Governo da Revolução, que não tem medido esforços para que o Brasil progrida e se coloque entre os grandes países do mundo; não vejo porque não se proceda, agora, essa transformação. E eu não ficaria aqui, nobre Deputado, se no expediente que aprovamos muita contradição houve, porque eu fazia ali uma sugestão, a sugestão que deveríamos nós, — e me refiro a todos os homens responsáveis, à equipe que comanda este País, e nós temos uma parcela mínima nesta equipe — acho que os mais diretamente responsáveis deveriam marcar eleições gerais em todo o País, em uma só época. Então, quando me referia a eleições gerais, naquela oportunidade, alguém falava que nosso desejo era a prorrogação de nosso mandato, alguém que não nos entendia.

Então, a minha sugestão, agora, é que se poderia antecipar, entendendo que para coincidir, se não se quer prorrogar, que se antecipem todas as eleições para o fim deste ano.

Porque, nobre Deputado, a verdade é que um País grande como o nosso, sofre um impacto em época de eleições. Imagine, nobre Deputado, todas as Prefeituras paradas durante sessenta dias, todos os governos de Estado parados, o próprio Governo Central cambaleante, às vésperas de um pleito eleitoral. Não há dúvida que há necessidade de coragem para chegarmos a esta Tribuna e fazermos esta sugestão: a coincidência das eleições, embora nos tirem alguns anos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Paulo Poli, quero manifestar a minha discordância com relação ao pronunciamento de V. Exa. quando se refere à situação do País em época pre-eleitoral. Não vejo por este ângulo. Na minha opinião, o País cresce em época eleitoral, porque há uma mobilização em todas as linhas, em termos de idéias e em termos de progresso para o aperfeiçoamento democrático. Tenho a impressão de que um país que se agita, um país com um povo que se mobiliza em torno de eleições, é um povo que está cada dia, mais perto de alcançar um desenvolvimento político capaz de dar sustento a um problema econômico.

Dessa maneira, nobre Deputado, acredito que um país que se debate em épocas eleitorais apenas se aprimora, não pára.

O SR. PAULO POLI — Agradeço a opinião de V. Exa., mas discordo, porque tenho impressão de que V. Exa. não me tenha entendido bem. Continuo dizendo que pára, e continuo dizendo que devem haver eleições. Quem sabe V. Exa. tenha entendido que sou contra a realização de eleições, quando digo, que o país pára. Nobre Deputado, pode estar certo, V. Exa. haverá de percorrer o interior e haverá de constatar pessoalmente que os homens responsáveis, em sua maioria, principalmente os que militam politicamente em nosso País se recordam que de fato o País pára. Não vejo nisso inconveniente nenhum.

Apenas eu acho que deve haver coincidência de eleições. Quando a Nação está trabalhando, está trabalhando; quando a Nação está fazendo eleições, deve fazer eleições. Então, quando todos os homens responsáveis em todas as posições-chaves do País são políticos, embora uns se digam técnicos que estão em função da política, esses também se preocupam, entendendo e não modifico o meu pensamento, entendendo que as eleições devem coincidir, todas elas em um só dia, em uma só época, em um só tempo.

O Sr. Heráclio Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradeço a V. Exa. a permissão para o aparte e estou de pleno acordo com V. Exa., quando acha que as eleições devem coincidir para os diversos escalões do mandato legislativo. Ao contrário do eminente Deputado, que em brilhante aparte oferecido a V. Exa., acha que a Nação não pára, que o regime se aprimora pela prática de sucessivos pleitos eleitorais, estou inteiramente com V. Exa.. Acho que as eleições trazem uma perturbação na vida do País, principalmente as eleições majoritárias. E a coincidência de mandatos, é uma fórmula já tratada por diversas vezes por grandes e eminentes figuras da política brasileira. Até agora não sabemos a razão por que o Governo ao fixar o calendário eleitoral ainda não determinou a coincidência de mandatos.

Dizer que o brasileiro em cada pleito se aprimora mais, que a democracia se consolida e o fortifica, para mim é utopia: o brasileiro já aprendeu a voar, já sabe o que quer, e essa não coincidência do pleito eleitoral traz, realmente, um grande prejuízo a vida econômica da Nação.

Mas, se por um lado estou com V. Exa. na tese da coincidência dos mandatos, não posso deixar de deplorar o pronunciamento de V. Exa., quando preconiza a fusão de pequenos Estados em Estados maiores. Seria como que uma volta às Capitânias, seriam uma ou duas hereditárias para quem tivesse mais canhão e mais fuzil na mão, ficar dono da Capitânia. Seria um retrocesso na vida administrativa, no desenvolvimento econômico do País, a fusão dos pequenos Estados. A meu ver, o Estado do Amazonas, do Pará, do Maranhão, deveriam desmembrar-se em mais Estados, porque com administrações diferentes cada um procurando solucionar os problemas de seu povo, seria inevitável o progresso de todas as regiões do País. Veja V. Exa., se a sua tese vingasse há 100 anos atrás, o Paraná seria hoje uma espécie de Registro, uma espécie do Vale da Ribeira do Estado de São Paulo, eu então, seria ainda a 5a. Comarca esquecida e abandonada, sem que pudesse alcançar o extraordinário progresso que alcançou nos seus últimos cento e poucos anos. Portanto, acho que só a administração descentralizada, pode trazer o progresso.

Sou visceralmente contra a idéia que V. Exa. traz, embora ache que o nobre Deputado tem todo o direito de manifestar-se porque — "cada cabeça uma sentença" — cada um tem seu pensamento. Talvez V. Exa. esteja com a razão, quem sabe!

O SR. PAULO POLI — Agradeço a V. Exa., aliás o nobre Deputado sempre mereceu todo o respeito pela franqueza com que se conduz nesta

Casa. O problema de São Paulo não serve de exemplo. A minha tese é de que os grandes Estados continuem e que haja o agrupamento dos pequenos. No que tange a redivisão da Amazônia o trabalho já se acha bastante avançado.

Para que fique registrado nos Anais da Casa e como o assunto me interessa particularmente, farei a leitura de trecho de um artigo publicado no jornal "O Estado de S. Paulo", em sua edição de 26 do corrente.

(Lendo): 24 Porções. Benchimol, nesse trabalho intitulado "Estrutura Geo-Social e Economia da Amazônia", situa bem a necessidade de se ocuparem os 7 milhões de quilômetros quadrados da região, tendo surgido o que ele chamou de "a Amazônia dos 24", isto é, a criação de 24 novos territórios, como solução redentora capaz de solucionar 80% dos atuais problemas que a Amazônia enfrenta, para a sua perfeita integração na realidade nacional.

Os novos territórios seriam assim constituídos:

- 1) — Território Federal do Oiapoque (zona do Oiapoque, Amapá e Calcoene).
- 2) — Território Federal do Amapá (limitado à zona de Macapá e Mazagão).
- 3) — Estado do Pará (limitado à zona Marajoara, Guajarina, Bragantina e do Salgado).
- 4) — Território Federal do Mearim-Pindaré (zona do alto e baixo Mearim e Pindaré).
- 5) — Território Federal do Tocantins (zona do baixo e alto Tocantins, Jacundá e Pacaju).
- 6) — Território do Baixo Amazonas (zona da calha central de Ilenquer e Santarém).
- 7) — Território Federal do Araguaia (zona norte goiano e médio e alto Araguaia).
- 8) — Território Federal do Xingu (zona Altamira, médio e alto Xingu).
- 9) — Território Federal de Tapajós (zona Tapajonia).
- 10) — Território Federal do Maicuru (zona do Peru, Maicuru e Curua-panema).
- 11) — Território Federal de Trambetas (zona de Cuminá, Trambetas e Mapuera).
- 12) — Território Federal do Uatuma (zona do Uatuma, Jatapu e Nhamundá).
- 13) — Estado do Amazonas (limitado à zona do baixo rio Negro e da calha central do médio Amazonas, de Parintins até à boca do Purus).
- 14) — Território Federal do Rio Negro (zona do médio rio Negro, Wauapes e Icana).
- 15) — Território Federal de Roraima (zona do alto Rio Branco).
- 16) — Território Federal do Japurá (zona do Japurá e Mará).
- 17) — Território do Solimões (zona de Coari, Tefé e Fonte Boa).
- 18) — Território Federal do Alto Amazonas (zona do Tocantins, Ica, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamin Constant).
- 19) — Território Federal de Japurá (zona do Javari e Juruá).
- 20) — Território Federal do Purus (zona do médio Purus e Madeira).
- 21) — Território Federal do Madeira (zona do médio madeira e baixo Aripuanan e Canuma).
- 22) — Território Federal do Aripuanan (zona do médio e alto Aripuanan e Jurema).
- 23) — Território Federal de Rondônia (zona do alto Madeira).
- 24) — Estado do Acre (limitado à zona do médio e alto Purus).

O sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não irá mais apartear-lo, mas o aparte do Deputado Erondy Silvério obriga-me a pedir este aparte a V. Exa. Tendo em vista o argumento de V. Exa. como também o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, chega-se inevitavelmente e indubitavelmente a uma conclusão: que as eleições são fonte de perturbação para a vida econômica do País. Só resta suprimir as eleições, caso contrário, não vejo como levar a bom termo, termo lógico e dialético, a proposição de V. Exa. porque a ser verdade nos Estados Unidos, onde as eleições são muito mais agitadas que no Brasil, sofreriam a cada quatro anos um colapso econômico, o que não ocorre, até pelo contrário acho que as eleições até revigoram as instituições básicas e fundamentais do País, e o revigoramento acaba totalmente insurgindo maior desenvolvimento, em todos os campos.

O SR. PAULO POLI — Acho, nobre Deputado, que não estamos nos entendendo bem. V. Exa. não me entende, eu não entendo V. Exa.

Agora divergimos novamente, porque eu tenho a impressão que V. Exa. não entendeu o Deputado Erondy Silvério; se não me engano, o Deputado Erondy Silvério afirmou que realmente há, por que negar, há uma paralisação. Mas se isto é um mal — não são palavras dele, são minhas — é um mal necessário, estou falando em sentido figurado, são palavras minhas, se a eleição fosse um mal, seria um mal necessário. A eleição é a essência da democracia o País respira e os pulmões da democracia são justamente as eleições, são os votos populares. Isto nós sabemos, não seria aqui, depois de dez anos usando a Tribuna desta Casa, que nós iríamos começar a engatinhar nos primeiros degraus do que é democracia da necessidade de eleições, apenas nos atemos, como V. Exa. mesmo disse, admirando e aplaudindo os Estados Unidos; V. Exa. disse que lá há eleições de 4 em 4 anos e aqui há a cada hora, quando V. Exa. se contradisse no seu aparte; V. Exa. admira e aplaude o vizinho país que é o berço da democracia, que são os Estados Unidos da América do Norte, mas, como vê V. Exa., são eleições de 4 em 4 anos...

O sr. Luiz Roberto Soares — Não acho que devamos copiar o modelo dos Estados Unidos apenas para ser mais preciso, há eleição para o Congresso, intermediária. Isso no entanto não desfigura o seu efeito, enfim, não tenho ainda ponto de vista firmado.

O SR. PAULO POLI — O que há de verdade nisto é o seguinte: convém "que se dê nome aos bois" e que se dê destino certo às coisas. Sabemos bem porque não há coincidência de eleições, eu pelos menos acho que sei e vou explicar a V. Exa. há de convir comigo:

Ocorre que quando se pretende fazer este trabalho, quem votou a Lei naturalmente foram os parlamentares, e este desencontro entre os mandatos de Prefeito e Deputado foi proposital para que os atuais Prefeitos não viessem a ser concorrentes dos Deputados, porque em eleições gerais os Prefeitos estariam em condições de concorrer a uma cadeira desta Casa, ou de outras Casas. Então maliciosamente se fez este desencontro de mandatos; maliciosamente digo, porque existe na Lei que, se o Prefeito quiser candidatar-se terá que renunciar ao mandato, e o Deputado, para candidatar-se a Prefeito, não precisa renunciar ao seu mandato.

Aí está havendo dois pesos e duas medidas. Houve, quem sabe, um

pouco de malícia quando se elaborou esta Lei, e eu acho e continua entendendo, nobre Deputado...

O sr. Luis Roberto Soares — O Prefeito o Chefe do Executivo, se não renunciar seis meses antes, poderia usar toda a máquina administrativa para a sua eleição. Ocorre que não há isto, porque nos não temos o que manipular.

O SR. PAULO POLI — Eu conheço o argumento, mas este não é o caso. Como está a lei não. O Prefeito só pode concorrer às eleições depois de dois anos, mas, sr. Presidente, este era o ponto de vista que queria deixar aqui, agradecendo a atenção dispensada. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 38 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoio irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a — Discussão — do Projeto de Lei n. 288-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 25-72, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais da Cidade de Rolândia. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 284-71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que denomina "Centro Cívico Ministro Bento Munhoz da Rocha Netto", o atual Conjunto Arquitetônico formado pelas sedes dos Três Poderes e demais edifícios públicos que nele se englobam ou dele venham a se avizinhar. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação o Projeto, ressalvada a emenda. — Aprovado. Em votação a emenda. — Aprovada.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n. 285-71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que outorga Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Bento Munhoz da Rocha Neto. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 6-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 103-71, fica aprovado Convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através do GERCA — e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 7-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 104-71, fica aprovado Convênio de ajuda financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Piraquara em 11 de maio de 1971, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), para ser aplicado no setor de ensino da Região. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Resolução n. 8-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 105-71, fica aprovado Convênio celebrado em 1.º de outubro de 1971, entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná, para estudos, projetos e obras de Eletrificação Rural. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 202-69, de autoria do Dep. Seme Scaff, que cria na Cidade de Grandes Rios, o Ginásio Estadual denominado "IVONE PIMENTEL", Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 202-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica Criado na cidade de Grandes Rios, o Ginásio Estadual denominado "Ivone Pimentel".

Art. 2.º — O referido estabelecimento de ensino terá seu funcionamento a partir de 1.970.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 1.969.

a) SEME SCAFF

JUSTIFICATIVA:

O Município de Grandes Rios é um dos mais progressistas do Paraná, contando com uma grande rede de ensino primário em todo o Município.

Não obstante contar o Município com mais de 4.000 alunos primários dos quais quase uma centena concluem o curso anualmente, não conta ainda a população com um Ginásio para a continuidade dos estudos.

Julgamos oportuno o presente projeto, pois ele vai de encontro a justa e merecida reivindicação do povo daquela região.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 202-69

1) O projeto ora sob análise desta Doutra Comissão, de autoria do nobre Deputado Seme Scaff, prevê a criação do Ginásio Estadual "IVONE PIMENTEL", na cidade de Grandes Rios. O seu artigo segundo, diz que o referido estabelecimento de ensino terá seu funcionamento a partir de 1970.

2) Como bem acentuou o ilustre Deputado autor do projeto, o Município de Grandes Rios ainda não conta com um estabelecimento de ensino de grau médio.

A dinamização do ensino no interior do Estado, fruto de campanhas educacionais promovidas pela Administração Estadual, aumentou consideravelmente, a frequência de escolares ao curso base do ensino. Mas, lamentavelmente, o mesmo índice não se registrou no curso subsequente, isto é, no Ginásio porque há carência de estabelecimentos de grau médio em algumas regiões do interland paranaense. É o que ocorre em Grandes Rios onde

a juventude tem que se deslocar para outros centros, a fim de prosseguir na sua caminhada estudantil.

A criação do Ginásio Estadual na cidade de Grandes Rios é, portanto, uma justa reivindicação daquela unidade Municipal.

O nosso Relatório é pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 5.11.69.

aa) **Emílio Carazzai** — Presidente

Roberto Wypych — Relator

Ernesto Moro

Antonio Lopes Júnior

Ovidio Franzoni

Luiz Renato Malucelli

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 202-69

AUTOR: Seme Scaff

SUMULA: Cria na cidade de Grandes Rios, o Ginásio Estadual, denominado "Ivone Pimentel".

O município de Grandes Rios, conforme a justificativa que acompanha o presente projeto de lei, experimenta grande surto de progresso, quer no campo econômico quer no campo social, ressentindo-se todavia no que diz respeito ao setor educacional, contando tão somente com rede de ensino primário. Julgamos a medida válida e de alto nível social, mas com a devida vênha tomamos liberdade de apresentar um Substitutivo que sem modificar seu espírito lhe emprestará forma mais legislativa. Nosso parecer é portanto pela aprovação, nos termos do Substitutivo abaixo.

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar através da Secretaria de Educação e Cultura, um Ginásio Estadual no município de Grandes Rios, para funcionar no ano letivo de 1970, denominado "IVONE PIMENTEL".

Art. 2.º — O Chefe do Poder Executivo baixará ato para ocorrer com as despesas decorrentes da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13-11-69.

aa) **Leopoldo Jacomet** — Presidente

João Mansur — Relator

Seme Scaff

Roberto Galvani

Ernesto Moro

Eurico Rosas — Voto vencido quanto à denominação,

Haroldo Bianchi.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

AUTOR: Dep. Seme Scaff

PARECER

Iniciativa feliz do ex-deputado Seme Scaff, ao propor a criação de um ginásio estadual na cidade de Grandes Rios, porque como grande centro desenvolvimentista, necessita que seu povo possa aprender para melhor ajudar o crescimento de sua região.

Desta forma, somos pela aprovação do projeto.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 26.5.71.

aa) **Antonio Lopes Júnior** — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Arizone Araujo

Francisco Escorsin

Acyr José.

1ª Discussão — do Projeto de Lei n. 152-70, de autoria do Dep. Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Paranavai, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial, sob regime de Fundação, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 152-70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Poder Executivo fica autorizado a criar, na cidade de Paranavai, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial.

Art. 2.º — A escola se constituirá de um ginásio técnico industrial e de cursos de aprendizagem que ma's correspondem à necessidade do mercado de mão-de obra especializada.

Parágrafo único — O curso ginásial industrial terá a duração de quatro (04) anos e os cursos de aprendizagem de um (1) a três anos.

Art. 3.º — O ginásio e os cursos de que tratam esta lei poderão ser feitos mediante o regime de internato, semi-internato e externato, com a supervisão da Fundação Paranaense de Assistência Social.

Art. 4.º — O regime financeiro e didático da Escola serão fixados de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e Regimento Interno.

Art. 5.º — O Poder Executivo baixará os atos que forem necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 21 de julho de 1970.

aa) Dep. José Alencar Furtado

JUSTIFICATIVA:

É fato reconhecido de todos que há necessidade de ampliar, no setor educacional, o número de escolas que se dediquem ao ensino de ofícios e atividades especializadas. O Município de Paranavai, que se tem notabilizado por um progresso constante, tanto no setor populacional como também econômico, ressentindo-se da falta de um centro educacional que proporcione à sua indústria e da região, hoje bastante florescente, de mão-de obra especializada, daí em sérios percalços que as mesmas sofrem tendo, inclusive que importar de outros Estados, esse manancial humano necessário. Por outro lado, enquanto isso ocorre, uma geração inteira de jovens daquela região tem que se deslocar aos grandes centros em busca desse aprimoramento técnico.

Além do ensino metódico e oficial a Escola através do ginásio industrial dará oportunidade para que os alunos prossigam e realizem cursos de nível médio de 2.º grau.

A importância de tal empreendimento na organização educacional do Estado é tão incisiva que dispensa mais tempo para justificá-la. Por tais razões, esperamos que o projeto mereça apoio desta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 152-70

AUTOR: Dep. José Alencar Furtado.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Paranavai, uma escola técnica destinada à aprendizagem Industrial, sob regime de fundação e dá outras providências.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os graus razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléa Legislativa em tratar do assunto em análise sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseado na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem criem ou aumentem a despesa pública.

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "Lei autoriza despesas"

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da Lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase que o Estado tem que ter todo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passa a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei Normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléa de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Presidente

Relator — Igo Losso

Acyr José

Muggiati Filho
Cândido M. de Oliveira
Gilberto Carvalho
Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n. 152-70.

O projeto de lei em exame, visa a criação de estabelecimento de ensino, matéria de absoluta prioridade, principalmente em se tratando de escolas no interior do Estado.

Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão analisar não encontramos nenhum impedimento.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ovídio Franzoni

Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n. 152-70.

1) — Propõe o nobre Deputado Alencar Furtado a criação, na cidade de Paranaval, de uma escola técnica, destinado ao aprendizado industrial, sob o regime de fundação.

2) — A Comissão de Constituição e Justiça, pela maioria dos seus integrantes, opinou pela aprovação do projeto em referência. No mesmo sentido foi o pronunciamento da douda Comissão de Finanças.

3) — Igualmente pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em de setembro de 1971.

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araujo — Relator

Alvaro Dias

Acyr José

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 169-70, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 20-70, ficam estendidos os benefícios dos artigos 1 e 5 do Projeto de Lei n. 133-70, aos Membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. — Em votação o parecer. — **Rejeitado o projeto.**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 169/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Aplicam-se aos membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas, os benefícios constantes dos artigos 1 e 5 do projeto de lei n.º 133/70.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1970

aa) — Alencar Furtado — Presidente

Abraão Miguel — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 169/70

AUTOR: Comissão de Constituição e Justiça

SÚMULA: Estende aos membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas os benefícios dos arts. 1.º e 5.º do projeto de lei 133/70.

PARECER

1) O presente projeto visa aplicar os benefícios constantes dos arts. 1.º e 5.º, do projeto de lei n.º 133/70, aos membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas.

Agora a impropriedade da redação, estendendo benefícios contidos em mero projeto de lei, não se tem elementos na autuação em exame para um parecer sobre a constitucionalidade ou legalidade do projeto em referência.

Indispensável se faz a juntada de cópia do projeto n.º 133/70, bem como de informação do Departamento Legislativo sobre a situação atual deste projeto, se aprovado ou rejeitado, se sancionado ou vetado.

2) Diante do exposto, opinamos, preliminarmente, no sentido de que sejam cumpridas tais diligências.

E o parecer sub censura.

Sala das Comissões, em de abril de 1971

aa) — Wilson Brandão — Presidente; Igo Losso — Relator.

PROJETO DE LEI N.º 169/70

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Of. n.º 31/71.

Curitiba, 4 de junho de 1.971.

Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei n.º 169/70 o qual, por deliberação desta Comissão, deverá ser encaminhado ao Departamento Legislativo, para atender solicitação feita pelo Senhor Relator, em reunião realizada no dia três do corrente.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.

a) — Wilson Brandão
Presidente

Excelentíssimo Senhor

Deputado IVO THOMAZONI

DD. Primeiro Secretário desta Assembléia

N/ Edifício

OF. n.º 7/71

Senhor Primeiro Secretário:

Curitiba, 8 de junho de 1.971

Em atendimento ao despacho de Vossa Excelência, ao ofício n.º 31/71 de 4-6-71, da Comissão de Constituição e Justiça, ao qual juntamos cópia da Mensagem Governamental n.º 20/70, que transformado em Projeto de Lei, levou o n.º 133/70 e sancionado em 31-7-70, recebeu o n.º de Lei 6.137, publicada no D.O. n.º 104, de 31.7.70.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.

a) Alceu Alves Passos — Chefe da Divisão das Comissões

Ao Excelentíssimo Senhor

IVO THOMAZONI

DD. Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná

N/ Edifício

MENSAGEM — 20/70

Curitiba, 29 de junho de 1970.

Projeto de lei n.º 133/70

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais e legais, o incluso anteprojeto de lei, que visa criar dez (10) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada, fixar os respectivos vencimentos e dar outras providências.

1 — O mencionado plano legislativo é originário de proposta que me foi enviada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, à vista do disposto no artigo 34, combinado com o inciso IV do artigo 94, ambos da Constituição do Paraná na forma da exposição de motivos, que o acompanhou, e da lavra do Desembargador Presidente daquele Colegiado (documentos fotostáticos em anexo).

2 — Cabe-me todavia, esclarecer que à matéria prevista no parágrafo único do artigo 5.º do anteprojeto organizado e aprovado pelo Poder Judiciário — extinção das gratificações estipuladas aos seus órgãos, por motivo de comparecimento a sessões de qualquer Tribunal ou Juízo — reputou o Governador de bom alvitre acrescentar idêntica extinção com referência aos membros do Ministério Público, para resguardar-se, no trato do assunto, uma orientação uniforme e igualitária, em benefício dos superiores interesses da administração; daí a previsão expressa dos dispositivos legais atualmente disciplinadores dessas gratificações, tudo de acordo com o anteprojeto que ora submete à consideração dos nobres membros dessa douda Assembléia Legislativa.

Certo de que o plano de lei ora proposto merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Paulo Pimentel
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado FRANCISCO ESCORSIN

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro da Magistratura do Poder Judiciário, dez (10) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada, cujos vencimentos corresponderão aos recebidos pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, menos cinco por cento (5%), acrescidos das demais vantagens.

Art. 2.º — O Segundo (2.º) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e o Presidente do Tribunal de Alçada perceberão, mensalmente, a título de representação, além de seus vencimentos, a quantia correspondente a vinte por cento (20%) e quinze por cento (15%) dos mesmos, respectivamente.

Art. 3.º — Os desembargadores componentes das duas Comissões Permanentes do Tribunal de Justiça perceberão, mensalmente, gratificação pro labore, idêntica à percebida pelos membros do Conselho Superior da Magistratura.

Art. 4.º — Fica criado um cargo, em comissão, de Diretor Secretário do Tribunal de Alçada com vencimentos correspondentes ao Símbolo 2-C, e gratificação, a título de representação, de trezentos cruzeiros mensais (Cr\$ 300,00).

Art. 5.º — O quantum máximo da gratificação mensal prevista no artigo 125, caput, da Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1968, fica incorporado aos vencimentos dos titulares dos cargos mencionados no referido dispositivo.

Parágrafo Único — Ficam extintas as gratificações estipuladas a órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, por comparecimento a sessões de qualquer Tribunal ou Juízo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Cumpridas as exigências requeridas pelo Senhor Deputado Relator, Igo Losso, volte ao mesmo para que profira seu Parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1.971.

a) Wilson Brandão — Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 169/70

AUTOR: Comissão de Constituição e Justiça

SÚMULA: Estende aos membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas os benefícios dos artigos 1.º e 5.º do projeto de lei 133/70.

PARECER

1) Após o pronunciamento de fls. 2, desta Comissão, volta o presente projeto à exame, agora instruído com cópia do Projeto de Lei n.º 133/70, e com a informação de que o mesmo se transformou em lei, a de n.º 6.137, de 31/VII/70.

2) Os benefícios que o projeto pretende estender a servidores públicos, dizem respeito à remuneração.

Todavia, a Constituição Federal veda, expressamente, "vinculação ou equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço" (art. 98, parágrafo único).

3) Em vista do exposto, entendemos inviável a aprovação do presente, data venia.

Pela rejeição, é o parecer.

Sala das Comissões, 16 de junho de 1.971.

aa) — Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai

Acyr José

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, considera de Utilidade Pública, o núcleo de Maringá, da Legião da Boa Vontade. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 197-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar como de Utilidade Pública o Núcleo de Maringá da Legião da Boa Vontade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.71.

(a) Dep. Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA:

A benemerência dos serviços a Cargo do Núcleo de Maringá da Legião da Boa Vontade é sobejamente reconhecida, proclamada pelos que acompanham o ritmo de suas incessantes atividades de caráter social-assistencial, consagrada pela oporção pública maringaense. Honra ele, assim, a delegação da confiança da Legião da Boa Vontade, com sede na cidade do Rio de Janeiro instituição que vem espalhando por todo o território nacional, através de uma política altamente humanista e fraterna, benefícios incontáveis e bastante para ligá-la a uma perene gratidão popular. O Núcleo de Maringá distribui, incessantemente, efetivos resultados no campo assistencial, eis que sua Direção apresenta comportamento exemplar, consciente da nobre tarefa que desempenha em benefício da coletividade da região. Marece, por tal efeito, com inteira justiça, o ato que ora se pretende tornar magnífica realidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 197-71

AUTOR: — Dep. Wilson Brandão.

SUMULA: — "Autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública o Núcleo de Maringá, da Legião da Boa Vontade, na forma que especifica".

PARECER

1) — O presente plano de lei vem elaborado na forma em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referida iniciativa não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa do seu autor.

3) — Em face de tais circunstâncias, opinamos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

(aa) Muggiati Filho — Presidente
Gilberto Carvalho — Relator
Emílio Carazzai
Armando Queiroz
Sebastião Rodrigues Júnior
Borsari Netto
Cândido Martins de Oliveira.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 291-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 43.71, encaminhando anteprojeto que altera a redação de diversos dispositivos da Lei n.º 2.375, de 22-3-55, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., em Regime de Urgência. — Aprovado.

MENSAGEM N.º 43.71

Curitiba, 3 de novembro de 1971

Projeto de Lei n.º 291.71

Senhor Presidente:

Terho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955, instituída pelo Fundo de Pesquisa, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Visa, ainda, o anteprojeto, a abertura de um crédito adicional de até o limite de Cr\$ 844.038,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil e trinta e oito cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas relacionadas com as atividades do referido Fundo.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 673, de 13 de julho do corrente ano, da Secretaria da Agricultura, diz da necessidade, oportunidade e interesse público da medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei poposto merecerá dessa Colenda Casa o neprotestos de elevada estima e consideração.

(a) Haroldo Leon Peres — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Wilson Figueiredo Fortes
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

PROJETO DE LEI N.º 291.71
MENSAGEM N.º 43.71

Art. 1.º — O art. 1.º, a alínea "a" do art. 4.º, a alínea "a" do art. 5.º e o § 1.º, do art. 6.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica criado no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas o Fundo de Produção e Pesquisas";

Art. 4.º ...

"a — Na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e materiais de consumo, instalações destinadas à utilização de produtos bioterápicos, biomoterápicos e produtos químicos, pesquisas e investigações e trabalhos experimentais ou científicos";

Art. 5.º ...

"a — Chefes das quatro Divisões Técnicas do I.B.P.T. (Agrônoma, veterinária, química e bioquímica)";

Art. 6.º ...

"§ 1.º — Para cumprir o disposto na análise C, deverá ser elaborado o submetido à aprovação do Secretário da Agricultura um plano anual de desenvolvimento e trabalho do Fundo de Produção e Pesquisa."

Art. 2.º — Aos art. 3.º e 6.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955 ficam acrescentados, respectivamente, a alínea "e" e o § 2.º, com a seguinte redação:

Art. 3.º ...

"e — As rendas industrial e eventual do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas";

Art. 6.º ...

§ 2.º — Compete ao Secretário da Agricultura dar ciência ao Governador do Estado do plano de desenvolvimento e trabalho do Fundo de Produção e Pesquisa."

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional até o limite de Cr\$ 844.038,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil e trinta e oito cruzeiros) para atender despesas com a aplicação da presente lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando

o art. 9.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955 e demais disposições em contrário.

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

N.º 673-71

Curitiba, 13 de julho de 1971

Senhor Governador:

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas compete estimular e desenvolver, de modo racional e intensivo, a pesquisa pura e aplicada, principalmente nos campos da agronomia, veterinária e química das ciências naturais visando o esclarecimento dos problemas regionais, estudos dos fatores que direta ou indiretamente possam prejudicar ou beneficiar a comunidade, bem como a aplicação de medidas relacionadas com suas atividades que auxiliem o incremento e a melhoria das condições da vida do homem.

Funciona, no Instituto, um Fundo de Pesquisas (criado pela Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955) com a finalidade de realizar e ampliar pesquisas, investigações e trabalhos experimentais e científicos em todos os setores técnicos do órgão.

A Lei que criou esse Fundo de Pesquisas estabeleceu que lhe seria consignada anualmente na Lei de Meios a importância de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), mas que até hoje não ocorreu, apesar de na época a verba ser relativamente pequena, porém lhe proporcionaria melhores condições de financiamento.

A única doação recebida até a presente data foi feita em 1969, por parte do Jockey Clube do Paraná, no valor de Cr\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil cruzeiros), referente à cota de 5% do "sweepstake" do Grande Prêmio Paraná da aquele ano, conforme determinação prevista na Lei n.º 4.096, de 18 de julho de 1962, art. 24, cuja finalidade é aplicação em Bolsas de Estudos, Organização para Pesquisas e Experiências Zootécnicas, Medicina Veterinária e Química, tendentes a desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos técnicos e científicos nos ramos do conhecimento humano, aplicação essa feita nos termos da referida Lei.

E, considerando que não pode haver desenvolvimento tecnológico e agropecuário sem pesquisa básica, metas prioritárias do próprio Governo da República;

considerando que foi através de pesquisas que o IBPT é hoje o único produtor de inoculantes para leguminosas que possibilitam ao agricultor um aumento aproximado de 20% em sua produção;

considerando que aquele órgão produz 150.000 doses de inoculante, atendendo apenas 30% das reais necessidades do Estado, mas com possibilidade de atender Estados vizinhos, além do Paraguai, já beneficiado em 1970;

considerando que o Laboratório de Análises de Sementes, através de suas pesquisas de determinações de poder germinativo, vem atendendo à Café do Paraná, esta Secretaria da Agricultura e particulares, fazendo seleção de sementes para o plantio no Estado do Paraná;

considerando que o IBPT, com sua produção de vacinas e quimioterápicos, frutos de pesquisas constantes, vem atendendo inúmeros criadores do Estado;

considerando que as pesquisas desenvolvidas nos meses iniciais do corrente ano possibilitaram a produção de vacinas anti-rábicas para cães e bovinos por técnicas modernas e proteção mais eficiente;

e, considerando finalmente que por intermédio da Divisão de Química e Tecnologia o IBPT pode e deve desenvolver pesquisas tecnológicas em setores do interesse do Estado, tais como: madeira, cerâmica, cimento, xisto, etc., com possibilidades do desenvolvimento de "know How" nacional, em benefício das indústrias que se instalem no Estado.

Vimos à presença de Vossa Excelência solicitar a transferência de superávits existentes naquele Órgão desde 1967, acumulados em vista dos excessos de arrecadação e economias de despesas verificadas nos balanços da Instituição, destinando os membros para aplicação no Fundo de Pesquisas, na forma das justificativas já citadas.

Tal solicitação, Senhor Governador, possibilitará a ampliação de laboratórios e demais instalações que se fazem necessárias, como também na aquisição de matérias primas indispensáveis na execução das pesquisas projetadas.

Aguardando a anuência de Vossa Excelência sobre o exposto, aproveitamos a oportunidade para reiterar os respeitosos protestos de estima e consideração.

Carlos A. Meissner Osorio — Secretário de Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor Haroldo Leon Peres
Digníssimo Governador do Estado
N/CAPITAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 291-71

Dispõe o Projeto de Lei, capeado por mensagem governamental, de atribuir ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas as rendas eventuais daquele órgão, advenientes de suas atividades industriais nos setores de veterinárias, agronomia e vacinas médicas, mais um montante de Cr\$ 844.038,00, oriundo de superávits acumulados, em créditos adicional a ser aberto.

Nada há a opor quanto à legalidade da proposição, nem na forma nem nos objetivos. No mérito, sobreleva a importância da matéria sendo leuável o pedido de urgência já aprovado pela Casa. E de se lamentar, tão somente, que o anteprojeto, chegado à Casa em novembro do ano passado, levasse um tempo inexplicável a ser distribuído para relatório da primeira Comissão, ou seja, esta Comissão de Constituição e Justiça.

O ofício com exposição de motivos assinado pelo titular da Pasta da Agricultura, encaminhado ao Exmo. Governador do Estado e anexado à mensagem, constitui, por si só, uma justificativa plena para a aprovação do projeto. Vê-se ali que, produzindo embora precariamente uma série de defensivos agrícolas, vacinas, o IBPT alcança anualmente superávits dos quais até hoje não se pode beneficiar para aprimorar sua própria estrutura e investir no setor de pesquisa.

Admitindo que um órgão público de tal natureza não tem como objetivo produzir receita para o Estado, obviamente é da maior justiça que as verbas por ele auferidas sejam ali mesmo reinvestidas, para obtenção de melhores serviços.

É notório, e é fenômeno não apenas paranaenses, que enquanto o governo federal está interessado em fazer retornar os cientistas brasileiros que deixaram o país por causa dos baixos salários, os Estados relegam a segundo plano as instituições de pesquisas, que estão perdendo seus técnicos para a iniciativa privada ou para as universidades.

Repete-se pois, no IBPT, do Paraná um processo de esvaziamento da pesquisa aplicada ao interesse público imediato, exatamente por falta de recursos. Um dos motivos determinantes para interessar candidatos a certa ati-

vidade são as condições financeiras que essa atividade possa proporcionar-lhes. No campo da pesquisa, esta condição representa um dos poucos estímulos aos jovens que hoje manifestam tendência de se iniciar neste campo de trabalho, e, aos que a ele já pertencem, um fator imprescindível à paz de espírito e à dedicação de quase todo o seu tempo a estudo de problemas que lhes compete investigar e solucionar.

A essa condição financeira, se deve, sem dúvida alguma, o grau de pesquisa científica no Estado. Numa hora em que os problemas se avolumam e a ciência se torna cada vez mais necessária, como reconhece o governo federal, a paz de espírito do pesquisador, e a abundância de pesquisadores, se desprezadas ou esquecidas, anularão os esforços para o progresso científico, do qual dependem em grande parte a prosperidade e o bem estar nacionais.

É necessário, pois, elevar qualitativa e quantitativamente o nível das pesquisas, pois os conhecimentos conquistados pela ciência não egridem mais. O que diminuem são as áreas geográficas que não acompanharam o progresso tecnológico verificado nos últimos anos. Os países que despertaram para a pesquisa científica lutam constantemente para ganhar a batalha da sobrevivência e integrarem o rol dos países desenvolvidos. Os que estão fora, ou ficam fora da área de pesquisa tecnológica de toda natureza, são os eternos caudatários e importadores de conhecimentos, sem atentarem de que o "know-how" é de importância vital. O governo da União já está consciente de que a pesquisa é um dos fatos fundamentais para o desenvolvimento equilibrado da Nação. Justo que o Paraná se some em esforços às intenções federais, não só na particularidade atual, ou seja, de oferecer ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas melhores condições financeiras. Em todos os setores, inclusive universitários, deve o Estado ampliar o prestígio e o estímulo à difícil ciência de pesquisar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ovídio Franzoni

Luiz Roberto Soares

Cândido Martins de Oliveira

Maurício Fruct

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei N.º 291.71

1) — Com o presente plano de lei pretende o Senhor Governador do Estado alterar a Lei 2.375, de 22 de março de 1955, instituidora do Fundo de Pesquisa, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Visa, ainda, a proposição a abertura de um crédito adicional de até o limite de Cr\$ 644.038,00, destinado ao atendimento de despesas relacionadas com as atividades do referido Fundo.

2) — A dita Comissão de Constituição e Justiça, em longo e substancial parecer, manifestou-se pela sua aprovação.

3) — Sobre o aspecto financeiro, que compete a esta Comissão apreciar, nada temos a opor, pelo que nosso parecer, é, também, pela sua aprovação. É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em ... de maio de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

David Federmann

Antônio Lopes Júnior

Antônio Belinati

João Fadel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gostardo Botarelli. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. R. Adito Colação de Oliveira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, solicitando voto de aplauso ao Sr. Secretário da Agricultura, pela realização do Encontro Regional, em Apucarana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 50-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso, por haver assumido a Presidência da Confederação Nacional da Indústria ao paranaense Lydio Paulo Bettega. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Srs. Ministro da Agricultura e o Presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília, no sentido de que tomem providências relacionadas à legislação da Pesca em nosso país. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando o envio de cópia da carta do Sr. Prefeito de Fóz do Iguaçu, publicado no Jornal "O Estado do Paraná", ao Sr. Ministro do Interior. — **Aprovado.**

A mesa, solicita escusas ao Deputado Muggiati Filho, que havia se inscrito para falar em explicação pessoal.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Desejamos registrar desta Tribuna, um fato que embora de caráter político partidário, não deve deixar de ter alto significado porque representa um passo dado com segurança no caminho da democracia.

Desejo fazer referências, Sr. Presidente e nobres colegas, à convenção municipal que ontem o MDB levou a efeito nesta Capital para a eleição do seu Diretório e da sua Comissão Executiva.

No momento em que a vida dos partidos políticos representa a base, sobre a qual haremos de construir em nossa Nação, uma democracia predominantemente brasileira, e acima de tudo em que os postulados da liberdade se farão sentir na sua plenitude, permita-me cumprimentar desta Tribuna a um colega de Bancada, ao meu distinto colega, Maurício Fruct, elevado, no dia de ontem à Presidência da Comissão Executiva do Diretório Municipal do MDB de Curitiba: tendo ainda como companheiros da Comissão Executiva: na Vice-Presidência, os Srs. Ademair Bertoli; na Secretaria, o Sr. Osvaldo Alencar Furtado e na Tesouraria, o Sr. Haroldo Armstrong.

Finalmente, Sr. Presidente, é em nome do Diretório Regional do MDB,

servindo-me desta Tribuna, que tenho a honra de congratular-me com o illustre colega e demais companheiros do Partido neste Município, pelo trabalho que levaram a efeito, conseguindo um "quorum" de 30% nessa convenção.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Sr. Deputado, pedi o aparte a V. Exa. para em meu nome pessoal, eu tenho certeza e em nome dos companheiros de Bancada, da Aliança Renovadora Nacional, cumprimentar V. Exa. na qualidade de Presidente do Diretório Regional do MDB, pela Convenção Municipal do seu Partido, ontem efetuada. E, para estender esse cumprimento ao eminente Deputado Maurício Fruct, líder político desta Capital, que provou mais uma vez, não apenas essa condição de liderança em Curitiba, mas a sua invulgar qualidade de político atuante, levando o seu diretório a dar o "quorum" exigido por lei e movimentando o ambiente político de Curitiba.

Nós, da Aliança Renovadora Nacional, que cremos no futuro desta Nação e temos certeza de que ela caminha a passos seguros e largos, rumo a uma democracia social, política e econômica, vemos com bons olhos e nos sentimos reanimados para os embates políticos, quando o Partido da oposição, provando que dentro dos limites legais vivemos um embate de idéias à busca da conquista da preferência popular e quando este Partido consegue feitos como os de ontem. Fica aqui, em meu nome pessoal e como Vice-Presidente da ARENA paranaense, os cumprimentos ao MDB, a V. Exa. e ao Deputado Maurício Fruct.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado a V. Exa., nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira. As palavras de V. Exa. tem um significado realmente especial e por certo representam aquilo que todos almejamos na vida pública, ou seja, o enriquecimento da classe política, através da implantação de Partidos que, embora antagônicos nas idéias, dentro dos mesmos princípios de liberdade, de direito e de democracia lutam pela grandeza da Pátria, num ambiente de elevado respeito e até de companheirismo.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço, eminente companheiro Muggiati Filho, as palavras de V. Exa., não só na qualidade de companheiro desta Casa, mas principalmente na posição de Presidente do MDB no Estado do Paraná. Quero agradecer também as referências bondosas do eminente Deputado Cândido Martins de Oliveira, com relação ao obtimento, na tarde de ontem, por parte do Diretório Municipal do MDB de Curitiba, das condições para que, juntos, a Lei Orgânica dos Municípios pudesse obter registro ao Tribunal Regional Eleitoral. Temos certeza de que a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, efetuada e em vigor em momento em que talvez não fosse oportuno, trazia uma série de problemas, problemas que surgiram porque esta lei infelizmente veio de cima para baixo. Não foram ouvidas as bases partidárias e temos certeza absoluta de que todos os companheiros nesta Casa devam ter enfrentado no interior os mesmos problemas que enfrentamos aqui em Curitiba. Porém aos poucos a lei está sendo burilada e recentemente o líder arenista no Congresso Nacional apresentou uma série de emendas à Lei Orgânica dos Partidos Políticos, visando corrigir estes erros e sanar as distorções. Aos poucos vamos caminhando para aquilo que desejamos, que a classe política deseje. Feito este reparo, mais uma vez deixo patente meu agradecimento a V. Exa. e ao Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado a V. Exa., também, pelo aparte. Ao Sr. Presidente e aos nobres Deputados, os nossos agradecimentos por nos ser permitido este registro que o fazemos não em caráter estritamente partidário, mas como um acontecimento que reputamos de real significação para a vida da democracia em nosso Estado.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 30 à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 284.71 e 285.71 e dos Projetos de Resolução n.ºs 6.72, 7.72 e 8.72;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 202.69, 152.70, 197.71 e 291.71 Levantada a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 174-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Processo protocolado sob o n.º 3.783, de 24 de maio de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a João Farinhak, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972 a partir de 1.º de junho de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 175-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Processo protocolado sob o n.º 3.404, de 16 de maio de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

I — Lotar Gilberto Lamparelli da Silva, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo;

II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Paulo Poli.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 176-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Processo protocolado sob o n.º 3.566, de 18 de maio de 1972, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários Laertes Luiz Foggiato, José Paulo Oth e Umberto Moro Redeschi, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Avaliação, de máquinas de escrever desta Assembléia, que serão entregues como parte de pagamento.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

PORTARIA N.º 177-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no Processo protocolado sob o n.º 2.314, de 12 de abril de 1972, deste Poder,

R E S O L U T I V O

designar Gerson Evangelista Passos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de maio de 1972.

(a) Fausto Luiz Abry — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA
2.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às 14.15 hs., reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, contando com as presenças dos Senhores Deputados David Federmann, Odilon Reinhardt, Antonio Lopes Junior, Antonio Belinati e João Fadel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 86-70 — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 254-70 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que cria uma escola comercial, em Cidade Gaucha. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 238-70 — de autoria do Senhor Deputado Pinto Dias, que cria um ginásio estadual no Distrito de Santa Maria. Município de Alto Paraná. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 110-71 — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a isentar de impostos e taxas as entidades assistenciais do Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as formas. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 134-71 — de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio estadual no lugar denominado "Vila Casone", na zona nordeste da cidade de Londrina. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 144-71 — de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, cria um ginásio estadual no Distrito de Braganey, Município de Corbélia, para funcionar a partir de 1972. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 157-71 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo criar o Distrito Rodoviário de Laranjeiras do Sul, localizado na sede do Município do mesmo nome e jurisdição nos municípios que especifica. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 178-71 — de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estradas com 26 km. que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Fôz do Chopim e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 205-71 — de autoria dos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Ivo Thomazoni, que autoriza o P. E. firmar convenio através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para construção de uma ponte sobre o Rio Andradá, conforme especifica. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 210-71 — de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que transfere à responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, via Estrada do Iguaçu, a Porto Bonito no município de Catanduvas. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 263-71 — de autoria do Senhor Deputado Quíselo C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo proceder através do D.E.R., a retificação do trecho de estrada que liga Tunas à Cerro Azul. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 264-71 — de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Telemaco Borba, mais um estabelecimento de ensino do ciclo colegial, para funcionar no ano de 1972. Relator Senhor Deputado Antonio Belinati, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 267-71 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar um veículo "Jeep" à Delegacia de Polícia da Cidade de Guaraniaçu. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 271-71 — de autoria do Senhor Deputado Quíselo C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um curso ginasial no Distrito de Fernão Dias, Município de Munhoz de Melo. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 272-71 — de autoria do Senhor Deputado Quíselo C. da Silva, que autoriza o P. E. construir através da S.V.O.P., um prédio para o ginásio estadual da sede do Município de Iguaçu. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 275-71 — de autoria do Senhor Deputado Quíselo C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar um ginásio na sede do Distrito de Tupinamba, Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 279-71 — de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Krüger, que autoriza o P.E. transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Palmeirinha, no Município de Guarapuava, ao Município de Palmital, passando pelos distritos de Cerro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, PROJETO DE LEI N.º 287-71 — de autoria do Senhor Deputado Mauricio Fruct, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal, a viúva de Stazir de Souza Oliveira, cabo da P.M.E., falecido no cumprimento do dever. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer — favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 291-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 43-71, encaminhando anteprojeto de lei que altera a redação de diversos dispositivos da Lei n.º 2.375, de 22.3.55 e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Odilon Reinhardt, parecer favorável — aprovado. — PROJETO DE LEI N.º 292-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 49-71, encaminhando anteprojeto de lei que objetivam construir a Fundação do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.C.T., o fundo de desenvolvimento rural e estabelecer a cota de ocupação de terras devolutas. Relator — Senhor Deputado Odilon Reinhardt, o referido projeto deixou de ser relatado

tendo em vista tratar-se de 3 projetos, oriundo de uma única mensagem e devolvido à C.C.J. para nova apreciação. PROJETO DE LEI N.º 5-72 — MEN SAGEM 1-72 — do Governo do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que concede abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos, aos Funcionários Civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e aos integrantes da P.M.E. Relator Senhor Deputado David Federmann, parecer favorável aprovado, tendo o Senhor Deputado Antonio Belinati, votado contrário. PROJETO DE LEI N.º 13-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem 2-72, encaminhando anteprojeto de lei complementar que, institui o Conselho de Contribuinte e Recursos Fiscais (CCRF), vinculado a Secretaria da Fazenda e destinado ao julgamento em instância administrativa de questões tributárias. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável aprovado, entretanto a pedido do Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, dada a importância da matéria e merecendo um estudo profundo e mirucioso foi através do Primeiro Secretário, encaminhado a Comissão Especial, para estudo do mesmo. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu, Teresinha B. de M. e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

(aa) Fuad Nacli — Presidente
(Ass. ilegível) — Secretária

COMISSÃO REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões de Redação, sob a presidência do senhor deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Alvaro Dias, apresentou redação final ao Projeto de Resolução n.º 3/72 — de autoria da C.C.J. — ex-Proposição n.º 93-72, que ratifica convênios firmados em 20-12-71, entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, visando colaboração técnica e assistencial, através do Programa de Integração Fazendária — PROFAZ, instituído pela Lei n.º 6.211, de 2-8-71, pelo senhor deputado Basílio Zanusso foi apresentado redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 246-70 — de autoria do senhor deputado Olivio Belich, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual na Estação de Platina, Distrito do Mun. de Santo Antonio da Platina e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 247-70 — de autoria do senhor deputado Túlio Vargas, que cria os Conselhos Municipais de Turismo, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 253-70 — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Guaiaraçá. PROJETO DE LEI N.º 318-70 — de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, que cria no Núcleo Social Ivone Pimentel, desta Capital, um curso ginasial noturno, para funcionar no ano letivo de 1971. PROJETO DE LEI N.º 5-71 — de autoria do senhor deputado Xenofonte Villanueva, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Pérola à Iporã. PROJETO DE LEI N.º 66-71 — de autoria do senhor deputado Mauricio Fruct, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação a estrada municipal que liga os municípios de Araucária e Campo Largo. PROJETO DE LEI N.º 2-72 — de autoria do senhor deputado Francisco Escorsin, que concede anistia fiscal de multas e majorações legais, lançados até 31-12-71, aos contribuintes em atraso com o Imposto de Circulação de Mercadorias, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 5-72 — de autoria do senhor deputado digo do Poder Executivo — Mensagem n.º 1-72, encaminhando anteprojeto de lei que concede abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos, aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e os integrantes da Polícia Militar do Estado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 9/72 — de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1970. APROVADAS; nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente;
a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 246-70
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na Estação de Platina, Distrito do Município de Santo Antonio da Platina, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 247/70
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam criados nos municípios dotados de expressivos objetivos turísticos, os Conselhos Municipais de Turismo, cujas atribuições e competências se regerão pelos dispositivos especiais do Regulamento do Conselho Estadual de Turismo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 253/70
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Mu-

nício de Guairaça, uma Escola Técnica de Comércio, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 318-70
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado um curso ginásial noturno, para funcionar a partir do próximo ano letivo, no Núcleo Social Ivone Pimentel, bairro de Vila Feliz, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 5-71
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estrada de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Pérola à cidade de Iporã, numa extensão de 25 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 66-71
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Passa à conservação do Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada municipal que liga os Municípios de Araucária e Campo Largo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 2-72
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972, poderão requerer ao Secretário da Fazenda anistia condicional das multas e dos pagamentos da parcela relativa ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, não capitalizável, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1.º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias, e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Lei.

§ 2.º — A anistia da multa e acréscimos abrange quaisquer créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo ajuizados para cobrança executiva, ou objeto de parcelamento em curso.

§ 3.º — Quando o crédito tributário esteja sendo cobrado judiciariamente deverá o requerente apresentar prova de haver pago as custas judiciais, além das importâncias a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4.º — A anistia prevista nesta Lei não alcança as quantias já exigidas antes de 30 de outubro de 1969 e vinculadas a estímulo à atividade funcional de fiscalização tributária.

§ 5.º — Se o débito já estiver sendo discutido na esfera administrativa ou se for objeto de parcelamento em curso, o pedido de anistia deverá ser feito junto aos respectivos processos.

Art. 2.º — Na denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto de vendas e consignações ou do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, devidos antes do 1.º de dezembro de 1966, é dispensado o acréscimo de 10% (dez por cento) previsto na Lei n.º 5.463, de 31 de dezembro de 1966.

Parágrafo único — Só ocorrerá a dispensa do acréscimo a que alude este artigo se a denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto, for efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei.

Art. 3.º — A anistia prevista nesta Lei não autoriza em nenhuma hipótese, a restituição de multas ou acréscimos já recolhidos total ou parcialmente.

Art. 4.º — Esta Lei será regulamentada através de instrução da Secretaria da Fazenda.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 5/72
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido a partir de 1.º de maio de 1972, aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, e ainda, aos integrantes da Polícia Militar do Estado, um abono provisório de 12% (doze por cento) sobre os respectivos vencimentos básicos.

Art. 2.º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, os dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao referido Tribunal, são majorados em 12% (doze por cento) a partir de 1.º de maio de 1972.

Art. 3.º — O abono provisória e majoração de que trata esta Lei, aplicam-se na mesma proporção e vigência, ao respectivo pessoal inativo e em disponibilidade.

Parágrafo único — Na aplicação do disposto neste artigo, será obedecido o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado, ou posto em disponibilidade.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento de despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Art. 5.º — Para a fiel execução do disposto nesta Lei, o Chefe do Poder Executivo baixará decreto fazendo publicar as tabelas dela decorrentes.

Art. 6.º — Ressalvados os dispositivos que impõem sua eficácia em data certa, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO — RESOLUÇÃO N.º 3/72
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam ratificados os termos dos convênios firmados, em data de 20 de dezembro de 1971, entre o Governo do Estado e os Municípios a seguir discriminados, visando recíproca colaboração técnica e assistencial, através do Programa de Integração Fazendária — "PROFAZ", instituído pela Lei n.º 6.211, de 2 de agosto de 1971:

— Abatiati, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Amparorã, Ampere, Antonio Olinto, Apucarana, Arapongas, Arapoti, Araruna, Araucária, Assis Chateaubriand, Astorga, Atalaia, Alvorada do Sul, Barracão, Balsa Nova, Barbosa Ferraz, Bela Vista do Paraíso, Bituruna, Boa Esperança, Bocaiuva do Sul, Bom Sucesso, Borrazópolis, Colorado, Curitiba, Castro, Capanema, Cambira, Cafeara, Cambé, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Mourão, Cascavel, Catanduvas, Centenário do Sul, Cerro Azul, Céu Azul, Chopinzinho, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colombo, Congorhinhas, Conselheiro Mairink, Corbélia, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Cruz Machado, Curitiba, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Fenix, Florai, Floresta, Florestópolis, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Formosa do Oeste, General Carneiro, Guaraniaçu, Goioerê, Grandes Rios, Guaira, Guapirama, Guaporema, Guaraci, Guaparuva, Guaraqueçaba, Guaratuba, Icaraima, Iguaraçu, Iretama, Ibatí, Ibiçara, Imbituba, Inácio Martins, Inajá, Indianópolis, Ipiranga, Iporã, Itaguá, Itamaracá, Itambé, Itapejara do Oeste, Itaipua do Sul, Ivaí Ivaiporã, Ivatuba, Jataizinho, Jaboatão, Jacarezinho, Jaguapitã, Jaguariaiva, Janiópolis, Japira, Jardim Olinda, Jussara, Kaloré, Lapa, Leopoldo, Lobato, Londrina, Lupionópolis, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Marmeleiro, Marialva, Marilena, Mallot, Mamboré, Mandaguá, Mandaguari, Mandrituba, Mangueirinha, Manoel Ribas, Maria Helena, Marilândia do Sul, Mariluz, Maringá, Mariópolis, Marumbi, Matelândia, Medianeira, Matinhos, Mirador, Mirassol, Moreira Salles, Morretes, Munhoz de Mello, Nova Fátima, Nova Cantu, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Esperança, Nova Londrina, Ortigueira, Orizono, Paraíso do Norte, Presidente Castelo Branco, Paissandu, Palmas, Palmeira, Palmatã, Palotina, Paranacity, Paranaguá, Paranaipoema, Paranaíba, Pato Branco, Paulo Freitas, Paulofrontin, Peabiru, Pérola, Pérola do Oeste, Pion, Pinhalão, Pinhão, Piraquara, Piraçanga, Planaltina do Paraná, Planalto, Ponta Grossa, Porecatu, Porto Amazonas, Porto Rico, Porto Vitória, Primeiro de Maio, Prudentópolis, Pirai do Sul, Quatiguá, Quatro Barras, Quinta do Sol, Quitandinha, Quedas do Iguaçu, Reserva, Rancho Alegre, Reboças, Ribeirão Claro, Rio Azul, Rio Bom, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Roncador, Rondon, Rolândia, São Jorge do Oeste, Santa Cecília do Pavão, Santo Inácio, Santa Cruz do Monte Castelo, Sabauia, Salto do Itararé, Salto do Lontra, Santa Amélia, Santa Fé, Santa Helena, Santa Inês, Santa Izabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antonio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso, Santo Antônio do Sudoeste, São Carlos do Ivaí, São Jerônimo da Serra, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, São José da Boa Vista, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, São Pedro do Paraná, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sapopema, Sengés, Sertaneja, Sertãozinho, Siqueira Campos, Tamboara, Tapejara, Tapira, Teixeira Soares Telémaco Borba, Terra Roxa do Oeste, Tibagi, Tijucas do Sul, Toledo, Tomazina, Tunas do Oeste, Ubitatã, Umuarama, União da Vitória, Uniflor, Uraí, Vitorino, Xamburé e Wenceslau Braz.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 9/72
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. único — São aprovadas as contas do Senhor Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1970.

Sala das Comissões, em 24-05-72.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
BÁSILIO ZANUSSO e GABRIEL MANOEL — Relatores

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 1.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de maio, do ano de hum mil, novecentos e setenta e dois, às dezessete horas, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, e presentes os Senhores Deputados Cândido Manoel Martins de Oliveira, Ovídio Franzoni, Luiz Roberto Soares, Basílio Zanusso, Maurício Fruet e Erondy Silvério. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando fosse lida a Ata da reunião anterior. Requerida dispensa da leitura da Ata, pelo Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Deferido. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 19-72, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres, do Grupo Escolar Professor Brandão, desta Capital. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável face cumprimento da diligência requerida. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 38/72, de autoria do Senhor Deputado João Fadel. Auto-

riza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa, e dá outras providências. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 39/72, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. Declara de utilidade pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, Licopar, com sede nesta Capital. Relator Deputado Maurício Fruet. Requer que o mesmo seja convertido em diligência junto à Entidade a fim de providenciar documentos necessários ao processo. Deferido. 4) — PROJETO DE LEI N.º 41-72, de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior. Autoriza o Poder Executivo denominar Professor Edgar Távora, um Estabelecimento de Ensino de Segundo grau sediado nesta Capital. Relator Deputado Santos Lima. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 42-72, de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Congregação das Irmãs Servas de Nossa Senhora da Arunciação, da cidade de Ponta Grossa. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade, a fim de providenciar documentos necessários exigidos por Lei. Deferido. 6) — PROJETO DE LEI N.º 43-72, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza concessão de título de cidadão honorário post-mortem, ao Brigadeiro do Ar, Mário Calmon Eppinghaus. Relator Deputado Muggiati Filho. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 44-72, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Escola Especializada Primavera, de atendimento à crianças excepcionais, nesta Capital. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 45-72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo contar para efeito de aposentadoria, o tempo da serviço que o Servidor Público Estadual prestou ao Magistério Particular como especifica, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: contrário. O Senhor Deputado Maurício Fruet, Requer vista do processo. Deferido. Devolve o logo em seguida. Em discussão o parecer: aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 49-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 14-72, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 1.516.290,00, à Secretaria de Transportes, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — APPA, para despesas com execução da Lei n.º 6.249, de 10.11.71. Relator Deputado Santos Lima. Parecer favorável. Aprovado. 10.o) — PROJETO DE LEI N.º 50-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 18-72, encaminhando anteprojeto de lei que institui a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, com sede e foro na cidade de Londrina e vinculado à Secretaria de Agricultura, e dá outras providências. Relator Deputado Armando Queiroz que avocou o processo em face disposição regimental. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 59-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 49-71. Ofício n.º 66-72, referente à Mensagem que cria o Fundo de Desenvolvimento Rural e dá outras providências. Relator Deputado Armando Queiroz que avocou o processo face dispositivo regimental. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 60-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 66-72, referente à Mensagem n.º 49-71, que estabelece a Cota de Ocupação de Terras Devolutas, e dá outras providências. Relator Deputado Armando Queiroz, que avocou o processo face dispositivo regimental. Parecer favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 18-71, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação no Estado do Paraná. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer: favorável. — Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 67-71, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Acresce o parágrafo 1.o, do artigo 47, da Lei n.º 5.871, de 9 de novembro de 1968, o inciso seguinte: IV — por necessidade da educação. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N.º 111-71, de autoria do Senhor Deputado Nivaldo Kruger. Autoriza o Poder Executivo criar, no Município de Guarapuava, no local denominado Serra da Esperança, um Parque Florestal. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N.º 219-71, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Londrinense de Educação e Assistência Social (Soleas). Relator Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Parecer: favorável com substitutivo anexo. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 226-71, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público, na forma da legislação em vigor, uma Faculdade de Agronomia e Veterinária, no Município de Francisco Beltrão. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 238-71, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Declara de utilidade pública a Associação Profissional dos Lustradores de Calçados, com sede nesta Capital. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 262-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 41-71, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a regulamentação, instrução e controle fiscal relativo à Circulação de Toras, de qualquer espécie de madeira, e dá outras providências. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N.º 292-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 49-71, encaminhando anteprojeto de Lei que institui a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná. Este projeto voltou a esta Comissão a fim de ser o mesmo desdobrado. Relator Deputado Armando Queiroz que avocou o processo. Parecer favorável, retificando o parecer anterior do Senhor Deputado Emílio Carazzai, considerando ainda ofício 66-72, do Poder Executivo. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N.º 88-70, de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel. Cria uma Escola Normal Regional na sede do Município de Mandrituba, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: pelo arquivamento. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N.º 234-70, de autoria do Poder Executivo. Mensagem N.º 29-70. Dá nova redação aos artigos 2.o, 5.o, 7.o e 8.o, da Lei 691, de 12 de setembro de 1951. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: pelo arquivamento, logo a seguir comunicar ao Senhor Governador do Estado, tendo em vista o mesmo há estar com o prazo Constitucional esgotado, e estar convertido na Lei n.º 6.178, de 8-12-70. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N.º 211-69, de autoria do Senhor Deputado Luiz Renato Malucelli. Cria na cidade de Palmeira, o Curso Científico, para funcionar a partir de 1970. Relator Deputado Maurício Fruet. Parecer: contrário. Aprovado. 24) PROPOSIÇÃO N.º 103-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 8-72 encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado entre o DETRAN e o Município de Curitiba, objetivando solucionar problemas relacionados com o trânsito. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer Favorável. O Senhor Deputado Maurício Fruet, requer pedido de vista do processo. Deferido. 25) — PROPOSIÇÃO N.º 105-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 10-72, encaminhando cópia do acordo celebrado entre o Estado do Paraná e a Sudesul, destinado à realização do Censo de Recursos Humanos do Pessoal da Secretaria de Saúde Pública e de entidades a ela vinculadas. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 26) — PROPOSIÇÃO N.º 106-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 11/72, encaminhando cópia do acordo entre o Estado do Paraná e a Sudesul, destinado a realização do Curso de Administração de Serviços de Saúde. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 27) — PROPOSIÇÃO N.º 107-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 12-72, encaminhando cópia de acordo celebrado entre o Estado do Paraná e a Sudesul, para realização do 1.o Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 28) — PROPOSIÇÃO N.º 108-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 13-72, encaminhando cópia de acordo celebrado entre o Estado do Paraná e a Sudesul, destinado a estudos de identificação, classificação e delimitação das Manchas do solo para obter Mapa Pedológico. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 29) — PROPOSIÇÃO N.º 109-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 21-72 encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café, através do GERCA, destinado a implantação do Instituto Agrônomo do Norte do Paraná. Relator Deputado Cândido Manuel. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 30) — PROPOSIÇÃO N.º 1071, de autoria da Câmara Municipal de São João do Triunfo. Requerimento pretendendo seja determinada a realização de plebiscito. Relator Deputado Cândido Manuel. Requer seja novamente convertido em diligência junto aos Poderes Legislativo e Executivo do Município de São Mateus do Sul. Deferido. 31) — PROPOSIÇÃO N.º 24-71, de autoria do Senhor Deputado Armando Queiroz. Requerimento solicitando devolução de importância descontada de seus subsídios baseando-se em exposição de motivos anexa. Relator Deputado Emílio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado. 32) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 5-72, de autoria do Senhor Deputado Xenoforte Villanueva. Dá nova redação ao artigo 2.o e seus parágrafos, da Resolução 19-69, de 15.8.69. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e produzir os efeitos legais: lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente
RITA CELESTINO SOARES — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 7.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do senhor deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como consta constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Gabriel Manoel apresentou redação final ao seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 9-72 — de autoria do senhor deputado Ivo Thomazoni, que referenda alienação de área de terra com 242.968,00 m². (duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e oito) metros quadrados situada em Morro Caieiras, Município de Guaratuba. APROVADA. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LÉLIO GUIMARAES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 9-72 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.o — Fica referendada a alienação da área de 242.968,00 m². (duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e oito) metros quadrados, situada no lugar denominado Morro Caieiras, no Município de Guaratuba, como terras devolutas, conforme o Título de Domínio Pleno de Terras, expedido pelo Governo do Estado, em data de 19 de agosto de 1960, por força de decisão administrativa resultante do vencido no processo protocolado sob n.º 7.956, de 6 de novembro de 1959, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

Art. 2.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.05.72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira
Presidente
Gabriel Manoel
A. Maciel Filho
Basílio Zanusso
Relatores